

SENTENÇAS

PROCESSO CIVIL. DPVAT - INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE - REVELIA DECRETADA - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPROVADA PELO LAUDO DO IML - ENQUADRAMENTO DA PERDA ANATÔMICA OU FUNCIONAL CORRESPONDENTE A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO). - QUANDO SE TRATAR DE INVALIDEZ PARCIAL COMPLETA, A PERDA ANATÔMICA SERÁ DIRETAMENTE ENQUADRADA EM UM DOS SEGMENTOS ORGÂNICOS OU CORPORAIS PREVISTOS NA TABELA CORRESPONDENDO A INDENIZAÇÃO AO VALOR RESULTANTE DA APLICAÇÃO DO PERCENTUAL ALI ESTABELECIDO AO VALOR MÁXIMO DE COBERTURA - PROCEDÊNCIA PARCIAL. (TJBA. **PROCESSO Nº 00348357920128050001. PRIMEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CAUSAS COMUNS – PIATÃ. JUÍZA: MARIA VIRGÍNIA ANDRADE DE FREITAS CRUZ. JULGADO EM 05/11/2012**)113

REAJUSTE UNILATERAL SUPERIOR A 200% - CONSUMIDOR QUE É SURPREENDIDO POR AUMENTO QUE ONERA EXCESSIVAMENTE AQUELE QUE DEPENDE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA RÉ - PREVALÊNCIA DAS NORMAS PREVISTAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - REAJUSTES QUE DEVEM OCORRER ANUALMENTE DE ACORDO COM OS PERCENTUAIS FIXADOS PELA ANS - ANGÚSTIA QUE CONFIGURA DANO MORAL E QUE MERECER SER COMPENSADA. (TJRJ. **PROCESSO Nº: 0016944-69.2012.8.19.0061. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE TERESÓPOLIS. JUÍZA: RENATA GUARINO MARTINS. JULGAMENTO: 26/10/2012**). 118

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E CANCELAMENTO DE PROTESTO – RESPONSABILIDADE CIVIL – LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM – ENDOSSO-MANDATO – PROTESTO DE TÍTULOS – AUSÊNCIA DE PROVA DO ACEITE OU DO RECEBIMENTO DAS MERCADORIAS – RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – NEGLIGÊN-

CIA – DANO MORAL CONFIGURADO – DANO IN RE IPSA. (TJSC. PROCESSO 015.11.002373-5. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CANOINHAS. JUIZ: MÁRCIO SCHIEFLER FONTES. JULGAMENTO: 01/10/2012) 129

TRÂNSITO – COLISÃO – VEÍCULO ROUBADO – PROPRIETÁRIO E SEGURADORA – AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE – RISCO EXCLUÍDO - IMPROCEDÊNCIA . (TJSC. PROCESSO Nº 038.11.036.096-3. TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE JOINVILLE. JUIZ: LUIZ EDUARDO RIBEIRO FREYESLEBEN. JULGAMENTO: 21/08/2012)..... 133

CONSUMIDOR – PROMOÇÃO – PARCERIA ENTRE FORNECEDORAS - RECUSA INJUSTIFICADA – PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA – DIREITO À INFORMAÇÃO – PUBLICIDADE – PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DO CUMPRIMENTO (ARTS. 30 E 35, CDC) – SOLIDARIEDADE – PROCEDÊNCIA. (TJSC. PROCESSO Nº 038.08.016178-0. TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE JOINVILLE. JUIZ: LUIZ EDUARDO RIBEIRO FREYESLEBEN. PUBLICAÇÃO: 18/06/2012)..... 138

ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE DE NASCITURO - SEGURO DPVAT - LEGITIMIDADE AD CAUSAM ATIVA DA GENITORA - PROTEÇÃO JURÍDICA AO NASCITURO E AOS PAIS - INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA E TELEOLÓGICA - DEVER DE INDENIZAR NA FORMA DA LEI FEDERAL NO 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI FEDERAL NO 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007 - DANO MORAL PELA RECUSA LESIVA À DIGNIDADE DA GENITORA - PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. (TJRJ. PROCESSO Nº: 0021204-82.2011.8.19.0011. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CABO FRIO JUIZ: FÁBIO COSTA SOARES. JULGAMENTO: 27/04/2012)..... 141

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – RESPONSABILIDADE CIVIL – RELAÇÃO DE CONSUMO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO

PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR UM LONGO PERÍODO – DANOS MATERIAIS DECORRENTES DA PERDA DO FUMO POSTO PARA SECA-
GEM – DEVER DE INDENIZAR – PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. **(TJSC.PROCESSO 015.11.003209-2.JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CANOINHAS. JUIZ: MÁRCIO SCHIEFLER FONTES.JULGAMENTO: 02/04/2012)..... 147**

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – RESPONSABILIDADE CIVIL – RELAÇÃO DE CONSUMO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE – CANCELAMENTO DE VOO – PERDA DO VOO DE CONEXÃO – MOTIVO DE FORÇA MAIOR NÃO CARACTERIZADO – DEVER DE INDENIZAR – DANO MORAL CONFIGURADO – DANO IN RE IPSA. **(TJSC. PROCESSO 015.10.000790-7. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CANOINHAS. JUIZ: MÁRCIO SCHIEFLER FONTES. JULGAMENTO: 19/09/2011)..... 153**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET- RELAÇÃO DE CONSUMO - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM FESTA DE CASAMENTO - PROVAS DOCUMENTAIS E TESTEMUNHAIS- DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL - RESPONSABILIDADE OBJETIVA – DANO MATERIAL NÃO COMPROVADO – OBRIGAÇÃO DE FAZER – DANO MORAL CONFIGURADO. **(TJRJ.PROCESSO Nº: 0024957-90.2010.8.19.0202. DÉCIMO QUINTO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL. JUÍZA: CLÁUDIA CARDOSO DE MENEZES, JULGAMENTO EM 25/04/2011) 159**

RELAÇÃO DE CONSUMO- COMPRA DE PRODUTO PARA PRESENTE - NEGATIVA DE TROCA- AUSÊNCIA DE NOTA FISCAL - RESPONSABILIDADE DO COMERCIANTE - CONSUMIDOR VULNERÁVEL- PRINCÍPIO DA BOA FÉ - TROCA ABERTA- OBRIGAÇÃO DE FAZER - DANOS MORAIS IN RE IPSA - **(TJRJ. PROCESSO Nº: 0021677-14.2010.8.19.0202. DÉCIMO QUINTO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL. JUÍZA: CLÁUDIA CARDOSO DE MENEZES, JULGAMENTO EM: 18/03/ 2011) 164**

RELAÇÃO DE CONSUMO – PRODUTO PERECÍVEL- VALIDADE VENCIDA – IMPRÓPRIO PARA CONSUMO- INTOXICAÇÃO ALIMENTAR – RISCO À SAÚDE – RESPONSABILIDADE DO COMERCIANTE – NECESSIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PRODUTO - DEVER DE INFORMAÇÃO – DANO MORAL IN RE IPSA. (TJRJ.PROCESSO Nº: 0010221-04.2009.8.19.0202. DÉCIMO QUINTO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL. JUÍZA: CLÁUDIA CARDOSO DE MENEZES, JULGAMENTO EM 07/02/2011) 167

PROCESSO CIVIL - INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS - INJÚRIA PROFERIDA POR ADVOGADO CONTRA MAGISTRADO NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO - ATITUDE DESRESPEITOSA DE ADVOGADO NO AMBIENTE DE TRABALHO DO AUTOR, MACULANDO SUA HONRA, DIFAMANDO SUA REPUTAÇÃO E EXTRAPOLANDO, PORTANTO, OS LIMITES DAS PRERROGATIVAS QUE LHE SÃO OUTORGADAS PARA O EXERCÍCIO DE SEU OFÍCIO - PROCEDENTE. (TJBA.PROCESSO Nº 00708297620098050001.PRIMEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CAUSAS COMUNS – PIATÃ. JUÍZA MARIA VIRGÍNIA ANDRADE DE FREITAS CRUZ. JULGADO EM 24/02/2010)..... 170

PROCESSO CIVIL. - OBRIGAÇÃO DE FAZER – MULTA - CONVENÇÃO CONDOMINIAL – INFRAÇÃO - MANUTENÇÃO DE ANIMAL DE PEQUENO PORTE EM UNIDADE AUTÔNOMA - TESTEMUNHA APRESENTADA PELO AUTOR, CONCEITUADO MÉDICO VETERINÁRIO, DESCREVE O ANIMAL COMO DÓCIL E DE RAÇA PRÓPRIA PARA SER CRIADA EM APARTAMENTO E CONVIVER EM FAMÍLIA - ADMINISTRADOR DO CONDOMÍNIO INFORMA QUE NUNCA HOVE REGISTRO DE RECLAMAÇÕES DE OUTROS MORADORES QUANTO AO COMPORTAMENTO DO ANIMAL, NÃO FICANDO CONFIGURADO PREJUÍZO AO SOSSEGO, SEGURANÇA E A SAÚDE DOS VIZINHOS, FATO ATESTADO TAMBÉM POR OUTRA MORADORA - PROCEDENTE. (TJBA.PROCESSO Nº 0128949-20.2006.805.0001.PRIMEIRO ESPECIAL CÍVEL DE CAUSAS COMUNS – PIATÃ. JUÍZA: MARIA VIRGÍNIA ANDRADE DE FREITAS CRUZ. JULGADO EM 12/07/2007) 177

DECISÕES DAS TURMAS RECURSAIS

ACIDENTE DE TRÂNSITO –TÁXI - ATROPELAMENTO DE CICLISTA - FUGA DO LOCAL - CULPA PRESUMIDA - DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. (TJRJ. RECURSO N. 0098012-92.2010.8.19.0002. TERCEIRA TURMA DE RECURSAL.JUIZ: PAULO ROBERTO SAMPAIO JANGUTTA. JULGAMENTO EM 30/10/2012)182

RECURSO INOMINADO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSISTENTE NO DESBLOQUEIO DO CARTÃO. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO TEMPESTIVO. ENVIO DE NOVO PLÁSTICO APÓS 224 DIAS DE ATRASO. MULTA DIÁRIA EXCESSIVA. ADEQUAÇÃO QUE SE IMPÕE. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPE. RECURSO Nº 8166/2012. PRIMEIRO COLÉGIO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. JUÍZA: FERNANDA PESSOA CHUAHY DE PAULA. JULGAMENTO EM 29/10/2012)184

AVARIA EM VEÍCULO - RODOVIA COM PEDÁGIO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - RISCO DO EMPREENDIMENTO - DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. (TJRJ. RECURSO N. 0001947-03.2012.8.19.0087. TERCEIRA TURMA DE RECURSAL.JUIZ: PAULO ROBERTO SAMPAIO JANGUTTA. JULGAMENTO EM 23/10/2012)189

REVELIA PESSOA JURÍDICA - PREPOSTO SEM CARTA DE PREPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA AUSÊNCIA CONFIGURADA - INADMISSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PRAZO POR AFRONTA AOS CRITÉRIOS INFORMADORES DO JUIZADO ESPECIAL SUJEIÇÃO AOS EFEITOS DO ARTIGO 20 DA LEI Nº 9.099/95 INEXISTÊNCIA DE NULIDADE - SENTENÇA MANTIDA RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP.RECURSO Nº 0001834-98.2012.8.26.0428. TERCEIRA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS. JUÍZA: MARIA DO CARMO HONORIO. JULGAMENTO EM 18/10/2012) 191

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – OBRIGAÇÃO DE FAZER – ACÓRDÃO DETERMINANDO QUE A RÉ SUBSTITUÍSSE APARELHO CELULAR NO PRAZO DE DEZ DIAS, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DE MULTA DIÁRIA DE R\$ 50,00 – OBRIGAÇÃO DESCUMPRIDA PELA RÉ – CÁLCULO DAS ASTREINTES ATINGINDO O VALOR DE R\$ 29.050,00 – IMPUGNAÇÃO OPOSTA VISANDO À EXCLUSÃO DA MULTA OU À REDUÇÃO DE SEU VALOR – ACOLHIMENTO PARCIAL DA IMPUGNAÇÃO, PARA O FIM DE REDUZIR O VALOR DA MULTA PARA R\$15.000,00 – RECURSO INTERPOSTO CONTRA A SENTENÇA PROFERIDA NA IMPUGNAÇÃO, PARA QUE SEJA EXCLUÍDA A MULTA; OU PARA QUE NÃO ULTRAPASSE O VALOR DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL OU, AO MENOS, PARA SUA REDUÇÃO – RECURSO INOMINADO DA MOTOROLA PROVIDO EM PARTE – FIXAÇÃO DAS ASTREINTES EM R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), O QUE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE, NO CASO CONCRETO – INAPLICABILIDADE DO DISPOSTO NO ARTIGO 412 DO CC, QUE SE REFERE À CLÁUSULA PENAL, E NÃO À MULTA COMINATÓRIA – NÃO CABIMENTO DE CONDENAÇÃO NO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, PORQUE O RECORRENTE FOI VENCEDOR EM PARTE NO RECURSO, OBSERVADOS OS TERMOS DO DISPOSTO NO ENUNCIADO Nº 31 DO CONSELHO SUPERVISOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS. **(TJSP. RECURSO Nº 0045252-44.2001.8.26.0114. PRIMEIRA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS. JUIZ: RICARDO HOFFMANN. JULGAMENTO EM 17/10/2012)**.....194

AGRAVO DE INSTRUMENTO - NÃO CABIMENTO NO JUIZADO ESPECIAL - ENUNCIADO 15 DO XXX FONAJE – AUSÊNCIA DE PREPARO – AGRAVO NÃO CONHECIDO. **(TJSP.RECURSO Nº 0116902-22.2012.8.26.0000. PRIMEIRA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS. JUIZ: SERGIO ARAÚJO GOMES. JULGAMENTO EM 17/10/2012)**198

REVELIA. - AUSÊNCIA DE PREPOSTO DO RÉU EM AUDIÊNCIA - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS VEICULADOS NA INICIAL NÃO ELIDIDA – INDENIZAÇÃO - TROCA DE CARTÕES EM AGÊNCIA BANCÁRIA - SAQUES INDEVIDOS EM CONTA CORRENTE - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁ-

RIA - ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL REMANSOSO, COM A RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP.RECURSO Nº 0048261-62.2011.8.26.0114. QUINTA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS. JUIZ: GUSTAVO PISAREWSKI MOISÉS. JULGAMENTO EM 09/10/2012) 200

RECURSO INOMINADO - SENTENÇA QUE DECLAROU A ILEGALIDADE DA COBRANÇA DA TAXAS DE ABERTURA DE CRÉDITO - ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ QUANTO À LEGALIDADE DA COBRANÇA - BEM COMO RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL TAMBÉM NESSE SENTIDO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ABUSIVIDADE POR PARTE DA AUTORA-RECURSO PROVIDO. (TJSP.RECURSO Nº 0077092-23.2011.8.26.0114.SEGUNDA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS. JUIZ: FÁBIO HENRIQUE PRADO DE TOLEDO. JULGAMENTO EM 25/09/2012) 207

RESPONSABILIDADE CIVIL – COMPRA IRREGULAR COM CARTÃO DE CRÉDITO DO CONSUMIDOR - INSCRIÇÃO DO NOME DESTE NO ROL DE INADIMPLENTES – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RECONHECIMENTO. 1. A PRINCÍPIO, ESCORREITA A DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO PELA R. SENTENÇA, HAJA VISTA A INEXISTÊNCIA DE PROVA, QUE DEVERIA SER PRODUZIDA PELA REQUERIDA, DA LICEIDADE DA TRANSAÇÃO IMPUGNADA. DE SE RESSALTAR QUE A RÉ DEVERIA TER COLACIONADO AO FEITO A ASSINATURA DA CLIENTE POR OCASIÃO DO NEGÓCIO, FORMALIDADE QUE AFIRMOU SER DE PRAXE EM TAIS CASOS, O QUE NÃO FEZ, ARCANDO COM OS ÔNUS DESSA SUA INCÚRIA. 2. DE SEU TURNO, INSOFISMÁVEL A OCORRÊNCIA, NA HIPÓTESE, DOS DANOS MORAIS INVOCADOS. NA ESTEIRA DE PACÍFICA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RECONHECIDA A ILÍDIMA NEGATIVAÇÃO DO NOME DE CONSUMIDOR, IMPÕE-SE O ARBITRAMENTO DOS DANOS MORAIS, OS QUAIS SE PRESUMEM NA ESPÉCIE, POUCO IMPORTANDO A CARACTERIZA DE PREJUÍZO MATERIAL ADVINDO DO MESMO FATO. (TJSP.RECURSO Nº 0005951-07.2012.8.26.0114. SEGUNDA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS. JUIZ: RENATO SIQUEIRA DE PRETTO. JULGAMENTO EM 25/09/2012)..... 210

DECADÊNCIA - CLÁUSULA DE GARANTIA DO FABRICANTE E “GARANTIA ESTENDIDA” CONTRATADA COM O FORNECEDOR - NÃO CORRE A DECADÊNCIA NA CONSTÂNCIA DE CLÁUSULA DE GARANTIA (ARTIGO 446 DO CÓDIGO CIVIL) - AUSÊNCIA, ADEMAIS, DE RESPOSTA NEGATIVA DO FORNECEDOR (ARTIGO 26, § 2º, INCISO I DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR) - DECADÊNCIA AFASTADA - ANÁLISE DO MÉRITO - PROCEDÊNCIA DA DEMANDA - LEGITIMIDADE DO FORNECEDOR POR VÍCIO DO PRODUTO (ARTIGO 18 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR) - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - AUSÊNCIA DE PROVA DE EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE - RECURSO PROVIDO. **(TJSP.RECURSO Nº 0024183-38.2010.8.26.0114.SEGUNDA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS.JUIZ: FÁBIO HENRIQUE PRADO DE TOLEDO. JULGAMENTO EM 25/09/2012)** 213

RECURSO INOMINADO. DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIA CALUNIOSA NO SITE DA DEMANDADA. DEVER DE CAUTELA NA DIVULGAÇÃO. LIBERDADE DE IMPRENSA QUE SOFRE LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL. EXPOSIÇÃO QUE VIOLA O DIREITO À IMAGEM E À HONRA. DANO MORAL EVIDENCIADO. VERBA COMPENSATÓRIA BEM FIXADA. RECURSO IMPROVIDO. **(TJPE. RECURSO Nº 6252/2012. PRIMEIRO COLÉGIO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.JUÍZA: FERNANDA PESSOA CHUAHY DE PAULA. JULGAMENTO EM 29/08/2012)** 215

HONORÁRIOS DE CORRETAGEM - CIÊNCIA PRÉVIA DA COBRANÇA - AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES QUE SE PRIVILEGIA - AUSÊNCIA DE VÍCIO OU NULIDADE NO CONTRATO. **(TJRJ. RECURSO N. 0051898-64.2011.8.19.0001. TERCEIRA TURMA DE RECURSAL.JUIZ: PAULO ROBERTO SAMPAIO JANGUTTA. JULGAMENTO EM 23/08/2012)**220

RECURSO INOMINADO - PREPARO RECURSAL A MENOR - AUSÊNCIA DE POSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DO PREPARO APÓS O DECURSO DO PRAZO DO ARTIGO 42 DA LEI N.º 9.099/95 - ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO STJ NO JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO 4.641/RJ - APLI-

CAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 29 DO CONSELHO SUPERVISOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. (TJSP.RECURSO Nº 0038358-03.2011.8.26.0114.QUARTA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS.JUÍZA: DANIELLA APARECIDA SORIANO UCCELLI. JULGAMENTO EM 30/07/2012)222

TESTEMUNHA ARROLADA PELO AUTOR E NÃO INTIMADA PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO - PROVA PERTINENTE - CERCEAMENTO DE DEFESA CARACTERIZADO - ANULAÇÃO DO PROCESSO - RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP.RECURSO Nº 0076656-35.2009.8.26.0114.QUARTA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS.JUÍZA: DANIELLA APARECIDA SORIANO UCCELLI. JULGAMENTO EM 30/07/2012).....227

RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EXTRAVIO DE ARMA DE FOGO PERTENCENTE A PASSAGEIRO. DANO MORAL EVIDENCIADO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO DO VALOR FIXADO. SANAÇÃO VA EMBARGOS DECLARATÓRIOS. JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS APÓS SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. PREJUÍZO MATERIAL NÃO COMPROVADO. RECURSO IMPROVIDO. (TJPE. RECURSO Nº 4811/2012.PRIMEIRO COLÉGIO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. JUÍZA: FERNANDA PESSOA CHUAHY DE PAULA. JULGAMENTO EM 27/07/2012)229

AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PEDIDOS DECLARATÓRIO E CONDENATÓRIO (MORAL) - PLANO DE SAÚDE – UNIMED – GESTAÇÃO E PARTO – PRAZO DE CARÊNCIA – PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS NA ORIGEM – RECURSO DA COOPERATIVA CONDENADA – ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA – TEORIA DA APARÊNCIA - MÉRITO – EXONERAÇÃO DE CARGO PÚBLICO QUE IMPLICA NA RESCISÃO DE CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL – OCORRÊNCIA – NOVO PLANO QUE NÃO CONFIGURA MIGRAÇÃO - NEGOCIAÇÃO DE PRAZO DE CARÊNCIA QUE EXCLUI O LAPSO REFERENTE A OBSTETRÍCIA – RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO - CONTUDO, SINALAGMA COM CLÁUSULAS EXPRESSAS, ABERTAS E BEM DEFINIDAS – MITIGAÇÃO DA PROTEÇÃO DO CDC – RECORRENTE FUNCIONÁRIA PÚBLICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,

CUJA CAPACIDADE INTELECTUAL SE PRESUME – PACTA SUNT SERVANDA – MIGRAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE POSTERIOR – ALTERAÇÃO CONTRATUAL QUE GARANTE A ISENÇÃO DOS PRAZOS DE CARÊNCIAS ADQUIRIDOS E DESDE QUE SUPERADOS PELO TEMPO – LAPSO PARA ISENÇÃO DE PARTO NÃO DECORRIDO – OBRIGAÇÃO DE FAZER NÃO VERIFICADA – INDENIZAÇÃO MORAL INDEVIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO – SENTENÇA REFORMADA. **(TJSC. RECURSO INOMINADO N. 2011.701239-8. SÉTIMA TURMA DE RECURSOS DA COMARCA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. JUIZ: MAURO FERRANDIN. JULGAMENTO EM 25/06/2012)..... 233**

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANO MORAL - PLANO DE SAÚDE – UNIMED – DIAGNÓSTICO DE DOR LOMBAR CRÔNICA EM RAZÃO DE ANOMALIA MAMARIA (GIGANTOMASTIA) – TRATAMENTO – MAMOPLASTIA REDUTORA NÃO-ESTÉTICA - NEGATIVA ADMINISTRATIVA – RELAÇÃO DE CONSUMO – PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS NA ORIGEM – RECURSO DA UNIMED – FUNDAMENTOS – CIRURGIA DE CUNHO ESTÉTICO – AUSÊNCIA DE COBERTURA CONTRATUAL – INOCORRÊNCIA – REDUÇÃO MAMÁRIA IMPRESCIDÍVEL À SAÚDE DA CONSUMIDORA - DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS INTERPRETADAS DE MANEIRA MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR - INTELIGÊNCIA DO ART. 47, DO CDC - DEVER DE PROPORCIONAR A REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO CONFIGURADO – DANO MORAL – SITUAÇÃO INCAPAZ DE CAUSAR PREJUÍZO IMATERIAL – ENFERMIDADE PASSÍVEL DE CURA – DIAGNÓSTICO E CAUSA QUE NÃO INDICAM CHOQUE PSICOLÓGICO DA PACIENTE - INEXISTÊNCIA DE PERIGO OU RISCO DE VIDA – COBERTURA NEGADA INCAPAZ DE CAUSAR TORMENTA MORAL – DANO PSÍQUICO NÃO CONFIGURADO – INDENIZAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL AFASTADA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO – SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. **(TJSC. RECURSO INOMINADO N. 2012.700352-9. SÉTIMA TURMA DE RECURSOS DA COMARCA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. JUIZ: MAURO FERRANDIN. JULGAMENTO EM 04/06/2012) 238**

RESPONSABILIDADE CIVIL – CONTRATO IMPUGNADO POR SUPOSTO CONSUMIDOR – EFETIVA CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA – EVIDÊNCIA DE FRAUDE – NOME INSCRITO E MANTIDO NO CADASTRO DE ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO INDEVIDAMENTE – DANO MORAL

QUE PODE SER INFERIDO DOS FATOS – CAUSA EXCLUDENTE NÃO COMPROVADA – VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO DE FORMA DESPROPORCIONAL, MOSTRANDO-SE EXAGERADO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS APRESENTADAS – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSP. RECURSO Nº 0001938-61.2010.8.26.00428. TERCEIRA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS . JUÍZA: MARIA DO CARMO HONORIO. JULGAMENTO EM 29/02/2012).....242

TRANSPORTE AÉREO RELAÇÃO DE CONSUMO APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - FALTA DE PROVA DE CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE DANO MATERIAL COMPROVADO DANO MORAL QUE PODE SER INFERIDO DOS FATOS - VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO COM PONDERAÇÃO, ATENDENDO AOS CRITÉRIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - SENTENÇA MANTIDA RECURSO NÃO PROVIDO. REVELIA - PREPOSTO QUE NÃO PORTA CARTA DE PREPOSIÇÃO SUBSCRITA POR ADMINISTRADOR DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA - REPRESENTAÇÃO IRREGULAR QUE EQUIVALE A AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DA PESSOA JURÍDICA - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL EXIGE A PRESENÇA DA PARTE EM AUDIÊNCIA - APLICAÇÃO DO ARTIGO 20 DA LEI Nº 9.099/95. (TJSP. RECURSO Nº 0002761-98.2011.8.26.0428. TERCEIRA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE CAMPINAS. JUÍZA: MARIA DO CARMO HONORIO. JULGAMENTO EM 07/12/2011)245